

Tópicos acerca da vulnerabilidade social das mulheres negras no Brasil: um debate interseccional

Brenda Karolainy Penha Siqueira

Como citar: SIQUEIRA, Brenda Karolainy Penha. Tópicos acerca da vulnerabilidade social das mulheres negras no Brasil: um debate interseccional. *In:* SIQUEIRA, Brenda Karolainy Penha; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Gênero, Cidadania e Educação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p.135-146. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-365-6.p135-146>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

TÓPICOS ACERCA DA VULNERABILIDADE SOCIAL DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL: UM DEBATE INTERSECCIONAL

Breenda Karolainy Penha Siqueira

INTRODUÇÃO

Para iniciar o debate aqui proposto é preciso fazer uma reflexão acerca das convicções de senso comum que determinam a coletividade de acordo com suas características gerais. É possível dizer que, por pertencermos à mesma espécie – humana -, somos todos iguais? Por pertencermos ao mesmo sexo - feminino -, somos todas iguais? Por pertencermos à mesma raça – negra – somos todos iguais? Por pertencermos à mesma nacionalidade – brasileira -, somos todos iguais?

Adentrar a um tema tão complexo quanto às relações que tangem a existência, vivência e sobrevivência de mulheres, principalmente negras

<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-365-6.p135-146>

e pobres, requer, impreterivelmente, uma definição de conceitos. Falar sobre mulheres sem definir quem são tende a reforçar estereótipos. Falar sobre mulheres sem se estender às teorias feministas é corroborar com a idealização social de gênero que marginaliza, inferioriza, subjuga, domina e violenta mulheres de diferentes formas e contextos.

Considerar indiferente as especificidades que distinguem e categorizam os indivíduos de determinada sociedade pressupõe que todos sofram as mesmas opressões, enfrentem as mesmas dificuldades, encarem os mesmos desafios e possuem as mesmas condições para alcançar quaisquer objetivos.

Partindo desse princípio, deve-se analisar a forma como cada indivíduo – ou a classe de indivíduos – é reconhecido, representado e vinculado aos meios aos quais pertence, além de compreender o papel que desempenha e as expectativas que a ele são socialmente depositadas.

Adichie (2015) diz que questões sobre gênero são consideradas desconfortáveis, irritantes e problemáticas tanto por homens quanto por mulheres, fazendo com que o tema seja reprimido na primeira oportunidade, “porque a ideia de redefinir o status quo é sempre penosa” (p. 42) e de fato o assunto é evitado. Imagine, portanto, como colocar em pauta temas que se fundamentam em gênero e raça? Nesse sentido, faz-se necessário aplicar às análises das relações sociais o conceito de interseccionalidade, herança do feminismo negro estadunidense.

Ser mulher, negra e pobre em uma sociedade misógina, machista, racista e classista, como é o caso do Brasil, impõe barreiras de difícil transposição ao maior grupo de indivíduos em situação de vulnerabilidade social. É importante compreender, entretanto, a confluência das estruturas de opressão sem considerar a sobreposição de umas às outras, o que constitui o conceito de interseccionalidade utilizado nas análises aqui feitas.

INTERSECCIONALIDADE

O termo interseccionalidade passou a ser aplicado às teorias feministas entre o final dos anos 1980 e o início da década 1990. O primeiro uso do termo surgiu em meados da década de 1990 para analisar as interdependências das relações sociais que exercem poder entre a classe, a raça e o sexo, embora os questionamentos acerca das estruturas de opressão tenham como principal foco as “mulheres de cor” (HIRATA, 2014, p. 2), apesar de não estabelecer novas hierarquias de opressão¹. É possível perceber, portanto, que a interseccionalidade propõe análises multifocais para compreender problemas que produzem e perpetuam as desigualdades sociais e, nesse caso, a vulnerabilidade social da mulher negra.

A título de exemplo, pode-se citar o discurso proferido por Sojourner Truth, oradora e ex-escrava estadunidense. Em reunião de mulheres pelo sufrágio feminino, Truth provou que o feminismo branco se mantém restrito a mulheres de classe média alta, negligenciado as estruturas que atingem mulheres de outras classes, além de ser ineficaz para atender às necessidades específicas de mulheres negras. Em suas palavras:

Esse homem aí há pouco disse que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens e levantadas sobre as poças, e de me cederem os melhores lugares ... e não sou eu uma mulher? Olhem para mim!

Olhem para os meus braços! (ela arregaçou a manga direita da camisa)

... Eu lavei, plantei e colhi para os celeiros e nenhum homem podia ajudar-me – e não sou eu uma mulher? Eu posso trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando eu puder fazê-lo) e ser chicoteada também – e não sou eu uma mulher? Eu dei à luz cinco crianças e vi todas serem vendidas para a escravatura e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus ouviu – e não sou eu uma mulher?

(TRUTH, 1851, apud HOOKS, 2014, p. 115).

¹ A não hierarquização de opressões diz respeito à necessidade de não sobrepor as estruturas de gênero pelas de raça ou classe, do mesmo modo como a classe não é sobreposta ao gênero e raça. A interseccionalidade as compreende como complementares, mas não categoriza uma como mais importante ou evidente que a outra.

Embora o conceito de interseccionalidade aplicado ao feminismo só tenha sido estabelecido no final do século XX, o fragmento acima torna evidente a percepção das mulheres negras sobre a própria realidade. É certo que a vertente negra do movimento feminista só tomou proporções teóricas e acadêmicas em meados da década de 1990, mas as mulheres conscientes da própria vivência já reivindicavam condições mais dignas e humanas.

Apesar da indiscutível necessidade de se aliar a teoria à prática, os ideais racistas, machistas e misóginos das sociedades anteriores ao século XX dificultaram o acesso de mulheres negras à escolarização, atrasando o desenvolvimento de teorias para explicar as relações que permeiam a vida social dessas. Contudo, cabe mencionar que o reconhecimento da mulher negra como sujeito de direitos é recente, resultando em reflexos visíveis de toda carga de opressão secular e atual, haja vista que as estruturas sociais se mantêm parecidas, quando não idênticas.

SUBJETIVIDADE, EMPODERAMENTO E AUTOESTIMA

Embora esse tópico não se proponha a discorrer acerca da subjetividade, do empoderamento e da autoestima no sentido filosófico das palavras, mas sim relacioná-las à vivência de mulheres negras e compreender seus reflexos na vida em sociedade, é importante definir como esses conceitos serão utilizados aqui.

Em *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*, González Rey (2005) aponta o indivíduo como aquele que “se constitui dentro da subjetividade social” (p. 241), nesse sentido, é possível compreender a subjetividade como resultado de um processo de desenvolvimento intra/interpessoal, definido pelas adaptações do indivíduo ao meio em que se insere.

Pode-se estabelecer um paralelo que vincula a subjetividade com o empoderamento na medida em que o primeiro, quando desenvolvido por uma base emocional positiva, contribui para com o fortalecimento de ideias que visam reformular os mecanismos de poder. O empoderamento, nesse sentido, pode ser compreendido como práticas e processos que possibilitam a melhoria de condições de vida e autonomia do sujeito.

Carvalho et al. (2017) divide o empoderamento em duas: o individual, que “inclui a conscientização sobre a própria opressão e o desenvolvimento de habilidades: ganhar voz, mobilidade, presença pública” (p. 25) e o coletivo, que diz respeito “tanto controle sobre a própria vida, definindo as próprias agendas de mudança social, quanto controle sobre as estruturas de poder para mudá-las em seu favor” (p. 25).

Nesse sentido, faz-se necessário retomar à compreensão do feminismo como um movimento político, portanto, coletivo, que tem como objetivo atender às demandas de todas as mulheres, fazendo com que o empoderamento individual perca sua função social dentro do feminismo.

Reconhecendo o ato de se empoderar como uma expressão política, deve-se lembrar de quais são os requisitos para tomar posse desse poder em uma sociedade estruturada por um passado escravista, patriarcal e elitista: ser branco, pertencer ao sexo masculino e às classes média e alta. Características que compõem um grupo seletivo de indivíduos, inviabilizando a justiça social para grupos vulneráveis e marginalizados.

Como promover a participação política daquelas que nunca tiveram voz? Como garantir mobilidade a quem não tem recurso? Como proporcionar a presença pública a um grupo que não passou por um processo de inclusão aos espaços públicos?

O empoderamento individual segue um curso de amadurecimento da autoestima que depende do desenvolvimento positivo da subjetividade enquanto característica psicossocial. A negligência social, estatal e política para com a educação e saúde mental da mulher negra limita o aprimoramento da autonomia que poderia lhe garantir atuação como sujeito político.

Cabe ressaltar que o empoderamento e a autoestima aqui descritos não se referem apenas aos aspectos físicos do indivíduo, como aqueles propagados pela mídia que se apropria do feminismo para expandir os lucros. Não é sobre autoimagem e padrões inatingíveis de beleza que sustentam o capitalismo e o patriarcado de formas sutis. Não é sobre consumo, mas sobre saúde mental. Não é sobre ter ou estar, é sobre ser, sobre pertencer e permanecer politicamente a locais que um dia foram negados. É sobre a

noção de competência, capacidade, autoconfiança e reconhecimentos das próprias conquistas, ainda que obtidas com muito esforço.

O passado escravista do Brasil retardou o pleno desenvolvimento da subjetividade e autoestima da população negra. O empoderamento coletivo, nesse sentido, não se trata de assistencialismo ou simples exercício de empatia, mas faz parte de um processo social que busca estabelecer equidade entre aquelas que são oprimidas de diferentes modos e proporções.

HIPERSEXUALIZAÇÃO

Como apontado no tópico anterior, o passado escravista do Brasil influenciou negativamente a saúde mental e autoestima da população negra, entretanto, faz-se necessário estabelecer um paralelo entre as relações existentes entre as escravas e seus senhores. Priore (1994) aponta o constante intercuro sexual como signo de dupla moral, garantindo prazer e prole aos “homens do Brasil Colônia” (p. 15).

Tratando-se acerca do contexto colonial, pode-se estabelecer um paralelo entre a análise de Priore e a reflexão proposta por Ribeiro (2018b) ao revelar que “as [*mulheres negras*] consideradas bonitas eram escolhidas para trabalhar na casa-grande. Da mesma forma, eram selecionadas as vítimas de assédio, intimação e estupro” (p. 141).

É evidente que o “intercuro sexual” apontado por Priore não se refere a relações consensuais, haja vista que uma das partes exercia poder por intermédio da força, enquanto a outra era submetida ao jugo de “seu dono”. Torna-se pertinente levar em consideração a noção “opressão, preconceito e discriminação antinegro” de Darcy Ribeiro (1996), que desconfigura a democracia racial com base no “efetivo cruzamento de poucos brancos com multidões de mulheres negras e indígenas” (p. 225).

A coerção sexual, nesse sentido, está também vinculada à hipersexualização dos corpos negros, que criou o estereótipo de mulheres “quentes”, naturalmente sensuais e sedutoras, sob uma ótima romantizada (e principalmente sexualidade) racista, machista e eurocêntrica, que foi

reforçada de formas diferentes e persiste até hoje no imaginário social brasileiro.

Pode-se citar as expressões populares reunidas por Pinsky (1993) que exemplificam o caráter sexual atribuído às escravas negras desejadas por senhores brancos, como “Preta bonita é veneno, mata tudo o que é vivente; Embriaga a criatura, tira a vergonha da gente” e “mulata é doce de coco, não se come sem canela; Camarada de bom gosto não pode passar sem ela” (p. 64).

Embora as expressões colocadas acima façam referência às mulheres negras do Brasil colônia, não se pode negar as reformulações pelas quais passaram, mantendo-se vivas no pensamento nacional. Expressões como “cor do pecado” ou “mulata Globeleza” evidenciam a visão carregada de estereótipos sexuais que acompanham a mulher negra, mesmo que sejam considerados “elogios” para aqueles que reproduzem sem refletir as mensagens que transmitem.

Outro fator importante a ser colocada em pauta dentro desse tópico é a exposição de crianças do sexo feminino à sexualização precoce, informação que pode ser comprovada pelos dados do Boletim Epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde em Junho de 2018 que aponta a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil entre os anos de 2011 e 2017. As informações disponibilizadas apontam o perfil das vítimas: meninas (74,2%), negras (45,5%), entre 1 e 5 anos de idade (51,2%).

É certo que os casos de abuso sexual têm mais relação com a manutenção da dominação masculina em uma sociedade patriarcal do que necessariamente com o desejo e satisfação sexual, entretanto a construção histórica do Brasil obriga que qualquer análise social se proponha a fazer reflexões de cunho racial. Pode-se dizer, em linhas gerais, que as mulheres (e meninas) negras sempre foram as principais vítimas de abuso sexual no país e que isso está direta e indiretamente relacionado à hipersexualização dos corpos negros constantemente colocados em posições de subordinação e servidão.

MULHER NEGRA E O MERCADO DE TRABALHO

Por se tratar de uma análise de cunho social, faz-se necessário abordar aqui, como também feito nos tópicos levantados anteriormente, os aspectos históricos que fundamentam a posição exercida pela mulher negra brasileira no mercado de trabalho.

Em *Mulheres, Raça e Classe*, Davis (2016), aponta a entrada da mulher negra no mercado de trabalho aconteceu subitamente devido à escravidão e exploração da mão de obra que sustentava (e ainda sustenta) o capitalismo. Segundo a filósofa:

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida para qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 17).

O fragmento disposto acima refere-se às relações escravistas no contexto estadunidense, porém o mesmo pode ser utilizado para analisar a construção história e social do Brasil. Davis revela a descaracterização da feminilidade atribuída à mulher escravizada quando se trata do trabalho árduo, é uma construção histórica que respalda a imagem de “trabalhadora”, tanto nas plantações quanto na Casa-Grande. Seus cuidados com a limpeza da casa e as responsabilidades para com os senhores e seus filhos eram mantidos até que houvesse condições físicas para suportar o trabalho braçal. Davis (2016) relata a experiência de uma ex-escrava que cuidou da casa e das crianças até os 10 anos, quando foi mandada para a plantação de algodão (p. 19).

Não seria equivocado dizer, portanto, que a posição exercida pela mulher negra tanto no mercado de trabalho quanto na sociedade de classes está diretamente vinculada à subalternidade em diferentes aspectos.

Embora a escravidão tenha sido abolida há anos, os séculos de exploração foram responsáveis pela estruturação de hierárquica trabalhista do atual cenário. A mulher negra, agora fora da senzala, constitui hoje a maior parte dos empregados em situação de vulnerabilidade, subempregos, com baixos salários e muitas vezes sem contrato trabalhista. Antes como mucamas e amas de leite, hoje como babás, empregadas domésticas, lavadeiras, passadeiras, cozinheiras e serventes, empregos que, de acordo com o dossiê Brasil, Gênero e Raça, divulgado pelo Ministério do Trabalho no ano de 2011, somam um total de 79% da mão de obra de mulheres negras.

As relações de mão de obra estabelecidas no período em que ocorreu a escravidão no Brasil moldaram as atuais relações de trabalho de tal forma que, embora a escravidão seja considerada crime, ainda haja vestígios das posições ocupadas pelos indivíduos pertencentes a determinados grupos. Negros (homens e mulheres) ainda compõem a maior parte da mão de obra no setor da agropecuária e lavoura em geral, mulheres negras são a maioria em exercício do serviço doméstico.

Isso não significa que as áreas em questão sejam respeitáveis ou dignas de desprezo, mas que o reconhecimento social e econômico é quase nulo e a exploração de mão de obra ainda é realidade. Novas oportunidades surgem a cada dia, mesmo que essas sejam destinadas a um número ínfimo de mulheres negras. Essas oportunidades, porém, devem ser aproveitadas com o máximo de consciência de gênero, classe e raça, porque a politização pode garantir possibilidades antes negadas. É uma luta coletiva.

SEJAMOS IDENTITÁRIAS

É certo dizer que sociedades hierarquizadas mantêm opressões diversas, justamente para garantir a permanência do status quo secularmente estabelecidas, o que leva à crença de que a melhor (e talvez única) forma de subverter as estruturas sociais seja por intermédio da consciência

coletiva de classe. Entretanto, os fundamentos das múltiplas formas de dominação existentes são dispostos de maneiras variadas, podendo atingir um único grupo sob várias perspectivas diferentes, como aponta o sentido do termo interseccionalidade quando aplicado ao movimento feminista e às experiências de vida em sociedade das mulheres negras. Nesse sentido, torna-se inviável cogitar a possibilidade de se utilizar da luta de classes para a resolução de todos os problemas que afetam a vida dos vulneráveis e marginalizados.

Setores progressistas acusam o “identitarismo” como responsável pelo insucesso do senso crítico que proporcionaria a consciência de classe, mas negligencia particularidades não abrangidas por uma causa não tão universal quanto se pensa.

“Identitarismo”, nesse sentido, pode ser compreendido como uma crítica àqueles que apontam as injustiças dirigidas a determinados grupos subalternos. Identitário é aquele que reconhece as múltiplas faces da hierarquia social e reivindica isonomia, paridade e dignidade para os indivíduos considerados nulos, ilegítimos e improdutivos em sociedades que atribuem preços àqueles que devem ser respeitos e valorizados. Identitário é (ou deveria ser) uma ofensa, mas soa como elogio para quem compreende que o verdadeiro identitarismo reside em quem crê falar por todos e para todos, mas esquece dos privilégios que o garantiu ter direito à voz.

Em entrevista concedida ao programa Mulher com a palavra, Djamilia Ribeiro (2018a) aponta o identitarismo como uma característica política dominante, pois, para a filósofa, o maior grupo identitário é o homem branco heterossexual e rico, justamente por “manter recursos e dinheiro na mão da branquitude”.

O capitalismo financia e sustenta as principais opressões vivenciadas mantendo os negros na senzala, as mulheres exercendo funções “do lar” e os pobres no chão das fábricas e indústrias, ainda que esses lugares possuam novas configurações. É a própria lógica de geração e acumulação de capital que permite a manutenção do status quo e expõe à vulnerabilidade e marginalização todos que não atendem às expectativas do mercado, mas ela não age sozinha.

O identitarismo parte da necessidade de se compreender as nuances de uma sociedade hierarquizada, mas não deve sobrepor ou suprimir qualquer que seja a opressão. A estratégia política dos grupos pejorativamente chamados de “identitário”, nesse sentido, é “pensar essas várias outras possibilidades de existência”. Segundo essa lógica, ser identitário não é e não pode ser considerado um empecilho à justiça social. Ser identitário é ser consciente da realidade multifacetada. Ser identitário é, portanto, uma necessidade das mulheres negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um país tão grande quanto o Brasil existe uma inegável pluralidade de existências, vivências e relações sociais, porém, todas elas são marcadas pela interdependência de poder e dominação por parte daqueles que integram os grupos de maior prestígio, influência e valor em uma sociedade de classes, o que condiciona (e determina, em certas circunstâncias) a posição social de cada indivíduo (ou grupo de indivíduos) e suas possibilidades.

Os discursos inflamados acerca da igualdade social e política são inspiradores, mas não são reais. As bases que fundamentaram a construção do Brasil enquanto Estado-Nação tem estruturas machistas, misóginas e racistas. E a rejeição do debate não garante bons resultados.

É impossível concluir um debate sobre estruturas de opressão tão antigas e consolidadas, justamente porque seus reflexos podem ser observados em inúmeros setores sociais e sob diversos aspectos, sendo assim, a conclusão deste artigo não trabalho não representa o desfecho do tema.

Ser mulher, negra e pobre traz desafios e lutas diárias. Lutas feministas, antirracistas e anticapitalistas. Batalhas travadas contra inimigos fortes, mas não invencíveis. Inimigos que humilham, subjagam, marginalizam e expõe à vulnerabilidade. Situações sociais que interpõem obstáculos entre a existência e vivências de mulheres negras e a efetivação do reconhecimento da dignidade da pessoa humana e o cumprimento da Declaração dos Direitos Humanos.

Torna-se pertinente acrescentar, por fim, o poema da indiana-canadense Rupi Kaur (2017): “Nossas costas contam histórias que a lombada de nenhum livro pode carregar. Mulheres se cor”.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CARVALHO, M. E. P. et al. *Direitos Humanos das Mulheres e das Pessoas LGBTQI: inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GONZÁLEZ REY, F. L. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014.
- HOOKS, B. *Não sou eu uma mulher*. Mulheres negras e feminismo. Tradução livre para a Plataforma Gueto, 2014.
- KAUR, R. *Outros jeitos de usar a boca*. São Paulo: Planeta, 2017.
- PINSKY, J. *A escravidão no Brasil*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 1993.
- PRIORE, M. D. *A mulher na História do Brasil: raízes históricas do machismo brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIBEIRO, D. Mulher com a Palavra: Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Joice Berth e Lívia Natália. *Canal TVE Bahia*, 2018a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jnfk0pCP3pg>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b.